

Editorial

Os comportamentos políticos individuais sempre partem de valores culturais de uma dada sociedade. Esses movimentos, já sistematizados por ela, possibilitam o olhar analítico dos cientistas das humanidades sobre suas práticas, representações e formas de organização em diversos âmbitos. Precisamente porque os grupos que compõem esses diversos espaços sociais são o caminho para nossas observações, para interpretação de uma rede de crenças. Este dossiê, *Culturas Políticas*, caminha em tal perspectiva. Seja pela via da justiça, da religiosidade, ou da organização estatal as culturas políticas ensejarão e conectarão os estudos aqui explanados.

Percorrendo as primeiras práticas da *inquisitio* na Europa medieval, Augusto Jobim recupera as primeiras práticas do processo de justiça, mescladas à política e à autoridade eclesiástica. A problematização que o autor traz sobre os caminhos de busca pela verdade, perpassando a tortura, constituição de provas e a punição da criminalidade ou pecado, faz de seu artigo um convite à erudição e conhecimento histórico-jurídico acerca da trama processual/legal do crime, pensada a partir de um discurso dominador e imbricado a estabilidade estatal.

No artigo *Religião e Cultura Política no período holandês no Brasil*, contribui-se com uma visão do conjunto da sociedade barroca que foi produzida na América portuguesa. A obra do católico português Manoel Calado, de 1648, demonstra a ânsia pelo restauro estatal lusitano e isto intimamente relacionado ao Brasil. Política e cotidiano na sociedade seiscentista, portanto, ganham visibilidade nos escritos de Sylvia Brito.

O caminho do progresso da matéria e do espírito para a civilização, pautado na igreja e no estado, encontrou lugar para os debates nos campos político e ideológico, para seu alargamento e prosperidade na Amazônia do século XIX. Nesse sentido, Fernando Neves e Kelly Chaves revigoram os debates acerca da necessidade de repensar o catolicismo e a devoção religiosa nos oitocentos, bem como sua relação mais desprendida com o estado.

Ainda no século XIX, observando as elites mineiras, Ana Tereza Toledo problematiza o

campo das relações políticas tratando dos homens que ocupavam cargos e suas relações com o poder, tendo o processo de independência sido a culminação final de um vasto jogo de intenções e interesses. Estes homens de poder, que não pretendiam grandes rompimentos políticos para o Brasil, entendiam seus papéis efetivos no caminho da construção da estabilidade que o novo país deveria percorrer.

Em uma perspectiva mais regional, Jailma Lima traz um importante debate sobre história do Rio Grande do Norte. Revisitando autores locais, a historiadora problematiza, através de biografias, depoimentos e discursos políticos, como a memória do estado estava filtrada e resignificada no período da ditadura e sedimentada, em boa medida, pela literatura acadêmica.

Por fim, repensando uma parte da historiografia do direito e da história sobre a conformação política do Brasil independente a partir de seus diplomas jurídicos, Vanessa Spinosa contribuiu com as discussões acerca da cultura jurídica do Primeiro Reinado e a importância das instituições administrativas e judiciárias para a conformação política do Império pós-independência.

A seção de artigos livres inicia com três produções ligadas à área da Arqueologia. A primeira, de autoria de Julimar Mendes Júnior, Maria Conceição Lage, Jóina Borges e Jacionira Silva, foca-se no sítio Seu Bode, no litoral piauiense. O texto é resultante de investigação em que se identificou e caracterizou a geomorfologia desse sítio arqueológico, para se compreender a situação pós-deposicional de artefatos nas dunas. Ainda tratando do Piauí, o artigo de Luís Carlos Duarte Cavalcante discute aspectos ligados à biodiversidade, arqueologia e conservação da arte rupestre no conhecido Parque Nacional de Sete Cidades, historicizando, inclusive, o seu processo de formação enquanto lugar de memória e espaço institucional.

Abordando um campo de estudos relativamente recente no Brasil, Rafael Souza discute, em seu texto, a arqueologia da mineração no Brasil, tendo como *locus* as experiências de pesquisa desenvolvidas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e São Paulo, que encaminharam-se pelo trabalho com a cultura material associada à atividade mineradora. O artigo de Thiago Dias propõe um aprofundamento acerca dos estudos de historiografia econômica sobre a Capitania do Rio Grande do Norte, ao analisar como era diverso o leque de

produtos e gêneros consumidos nas vilas litorâneas e sertanejas desse território, entre as décadas de 1760 e 1820. Por fim, o artigo de Almir de Carvalho Bueno apresenta resultados de pesquisas recentes do autor, tomando como abordagem a redução de escala, a partir de processos criminais do Fundo da Comarca de Caicó, circunscritos no século XIX, custodiados pelo Laboratório de Documentação Histórica do CERES-UFRN.

Esperamos que desfrutem destas leituras.

Vanessa Spinosa¹

Antonio Manoel Elíbio Júnior²

Helder Alexandre Medeiros de Macedo³

Muirakytan Kennedy de Macêdo⁴

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de História do CERES (DHC). Organizadora do dossiê *Culturas Políticas*.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de História do CERES (DHC). Editor de *Mneme – Revista de Humanidades*.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de História do CERES (DHC). Editor de *Mneme – Revista de Humanidades*.

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de História do CERES (DHC). Editor de *Mneme – Revista de Humanidades*.